



1. Estão cortadas até reformas nos prédios. Ou empréstimos para os funcionários.

2. Ueki, Costa Cavalcanti e Eliezer Batista não querem ministros em seus conselhos.

Os Ministérios e órgãos da administração direta devem preparar suas propostas orçamentárias, sem contarem com qualquer acréscimo real em suas despesas em 1984, 85 e 86, seja em investimentos ou em despesas correntes, inclusive pessoal. Entre outras coisas, os Ministérios estarão impedidos de comprar, construir, reformar, ampliar ou alugar imóveis, devendo ainda acabar com a concessão de empréstimos a seus funcionários. Da mesma forma, as contratações de novos servidores estão suspensas.

Estas diretrizes foram dadas a todos os ministros pelo presidente Figueiredo, por recomendações do ministro Delfim Neto. No documento, estima-se que a receita da União para o próximo ano será da ordem de Cr\$ 18,4 trilhões ou 73% superior à estimada para este ano. Não há, porém, nenhuma menção ao problema da dívida pública interna, cuja *rolagem* este ano custará cerca de Cr\$ 15 trilhões. A dívida é apontada como um dos principais focos de desequilíbrio da economia (e não a situação das estatais, no momento em situação superavitária, segundo o professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília).

Despesas, só as inadiáveis.

Os Ministérios deverão destinar recursos próprios preferencialmente ao pagamento de despesas "irredutíveis e inadiáveis" (administrativas e operacionais), inclusive o pagamento de financiamentos internos e externos. Ressaltando a impossibilidade de dar início a novos projetos, o documento recomenda que as obras já em andamento, principalmente as de longo prazo, devem ter seu ritmo de execução redimensionado de acordo com a disponibilidade de recursos.

No próximo ano, está prevista uma despesa de cerca de Cr\$ 3,8 trilhões com pessoal e encargos sociais, isso sem considerar qualquer reajuste salarial. Por esta razão, o ministro Delfim Neto pede que os Ministérios não façam contratações novas e procurem resolver o problema de pessoal com o remanejamento interno de servidores.

Para as demais despesas correntes e de capital estão estimados recursos da ordem de Cr\$ 6,4 trilhões, dentro dos quais deverão ser ajustadas as necessidades dos órgãos de administração e compromissos da União, como amortização e juros, programa de mobilização energética, compensação aos Estados sobre isenção de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) de produtos específicos, comissão pela função de agente financeiro do Tesouro, subsídios e preços mínimos, encargos com mutuários do Sistema Financeiro da Habitação e benefícios previdenciários.

Delfim considera que os recursos do programa de mobilização energética devem ser canalizados para aqueles projetos de curto prazo de maturação que não requerem grandes aportes de capital, mas que possam contribuir, de maneira rápida e efetiva, para a redução da dependência externa do País e consequente economia de divisas.

O ministro recomendou a revisão dos critérios de participação de órgãos públicos em organismos internacionais e de reavaliação da conveniência e oportunidade do dispêndio de divisas, tanto no que se refere à cooperação brasileira como cotista, como em relação à participação em congressos, seminários e reuniões.

No que diz respeito à manutenção da administração, o ministro ressalta que a redução do déficit público implica, necessariamente, redução do nível de subvenções a entidades deficitárias do governo, o que terá de ser obtido através de um aumento na eficiência operacional e de ganhos de produtividade.

Estatais

Os presidentes da Petrobrás, Shigeaki Ueki, da Eletrobrás, general Costa Cavalcanti, e da Companhia Vale do Rio Doce, Eliézer Batista, pediram ao presidente João Figueiredo que não inclua no novo pacote econômico a transferência da presidência das estatais dos seus respectivos presidentes executivos para os ministros de Estado a que são vinculadas as empresas. As infor-

mações foram dadas, ontem, por altas fontes do governo, que acrescentaram que os três dirigentes estão confiantes em que o presidente da República atenderá ao pedido.

A informação de que os ministros de Estado passariam a presidir os Conselhos de Administração para que o governo federal pudesse ter maior controle sobre as estatais, foi dada quarta-feira passada pelo próprio presidente Figueiredo ao senador Jorge Bornhausen (PDS-SC). Segundo o senador, o presidente Figueiredo disse que queria uma única pessoa responsável pelas diretrizes e principais atividades das empresas, como forma de poder controlá-las melhor.

Com a saída dos presidentes-executivos das empresas de seus Conselhos de Administração, os ministros deixariam de tomar conhecimento de suas decisões apenas quando já consumadas, conforme se tem queixado o ministro das Minas e Energia, César Cals, principalmente em relação à Petrobrás, cujo presidente não lhe dá satisfação de seus atos. Cals chegou a defender a idéia junto ao ministro Delfim Neto, que não a aprovou.

Outra derrota de Cals?

Técnicos do setor energético não estranharam que o pedido para um recuo do presidente da República tenha partido de Ueki e Eliézer Batista, pois ambos sempre atuaram em linha própria, e, no caso da Petrobrás, acham que Shigeaki Ueki tem mais poder que o próprio César Cals. Eles consideraram estranha a participação do general Costa Cavalcanti, pois, apesar de agir em linha própria, é um político por excelência e sempre conviveu bem com Cals. Se as presidências dos Conselhos de Administração se mantiverem como estão, será mais uma derrota do ministro Cals frente a Ueki, tendo em vista que, recentemente, o presidente Figueiredo chegou a revogar um decreto que nomeava o candidato do ministro para a Diretoria de Produção da Petrobrás, Orfila Lima dos Santos, para nomear o candidato de Ueki, Joel Mendes Rennó.